



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

ISSN: 1982-4343

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

SILVA, Luciana da
A Rouparia da casa e a manutenção de costumes ibéricos em São Paulo no século XVII
Varia Historia, vol. 37, núm. 73, 2021, Janeiro-Abril, pp. 53-83
Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: 10.1590/0104-87752021000100003

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384466198003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A Rouparia da casa e a manutenção de costumes ibéricos em São Paulo no século XVII

The Household Linen and the Maintenance of Iberian Customs in the Village of São Paulo in the Seventeenth Century

LUCIANA DA SILVA*

RESUMO Neste artigo discutiremos a presença e a importância da rouparia da casa nos domicílios da vila de São Paulo e arredores, entre 1596 e 1640, com base no estudo de 130 inventários *post mortem*, a partir da perspectiva de análise da cultura material. O objetivo é compreender aspectos da relação entre a manutenção de costumes de matriz ibérica e esses artefatos têxteis numa região do Império e num período marcados por uma forte adesão à elementos culturais indígenas. Para tanto, o interior da casa será brevemente delineado, dando a conhecer traços relevantes dos conjuntos de objetos que o preenchiam, de acordo com diferentes níveis de fortuna. Composto esse breve panorama, os conjuntos de rouparia da casa serão analisados, quantitativa e qualitativamente. Os conjuntos mais ricos, por serem os mais diversificados e completos, serão apresentados como estudos de casos, a partir dos

* <https://orcid.org/0000-0002-5067-8448>

Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História
Rua Cora Coralina, 100, Barão Geraldo, 13083-872, Campinas, SP, Brasil
lucipdg@gmail.com



quais observaremos importantes aspectos de como os itens dessa categoria de artefatos em escrutínio eram compostos e usados e o que eles significavam no cotidiano do período em questão.

PALAVRAS-CHAVE cultura material, inventários post mortem, vila de São Paulo

ABSTRACT In this article we will discuss the presence and importance of home linen in households in the village of São Paulo and its surroundings, between 1596 and 1640, based on the study of 130 inventories, from the perspective of material culture. The aim is to understand aspects of the relationship between maintaining Iberian customs and these textile artifacts in a region of the Empire and in a period marked by a strong adhesion to indigenous cultural elements. For this purpose, the interior of the house will be briefly outlined, showing relevant features of the sets of objects that filled it, according to different levels of wealth. With this panorama in mind, the linen sets of the house will be analyzed, quantitatively and qualitatively. The richest sets, being the most diversified and complete, will be presented as case studies, from which we will observe important aspects of how the items in this category of artifacts were composed and used and what they meant in the daily life of the period under investigation.

KEYWORDS material culture, post mortem inventories, village of Sao Paulo

INTRODUÇÃO

São Paulo colonial já foi compreendida e rotulada de diversas maneiras pela historiografia. De vila pobre e isolada durante o período entre os séculos XVI e XVIII, maneira como a maior parte da produção historiográfica do início do século XX retratou a região, despontam na atualidade estudos que reiteram a relativização dessas imagens. Constroem-se novos matizes a partir dos quais se observa a inserção dessa localidade em circuitos econômicos diversos, sendo o planalto centro

de conexões que se estendiam pela América portuguesa, alcançando locais distantes ao largo da Bacia Platina nesse mesmo período (BLAJ, 2000; BORREGO, 2006; SOUZA, 2006; VILARDAGA, 2010). Apesar da ampla gama de autores que se dedicaram ao estudo de São Paulo colonial, poucos o fizeram da perspectiva da cultura material.

Neste artigo, a partir desta perspectiva analítica, a presença e a importância da roupa da casa nos domicílios da vila de São Paulo, entre 1596 e 1640, será discutida com base no estudo de 130 inventários *post mortem*. O objetivo consiste em compreender aspectos da relação entre a manutenção de costumes de matriz ibérica e esses artefatos têxteis numa região do Império e num período marcados por uma forte adesão a elementos culturais silvícolas. Para tanto, o interior da casa será delineado, dando a conhecer aspectos dos conjuntos de objetos que o preenchiam, em diferentes níveis de fortuna. Traçado esse panorama, os conjuntos de roupa da casa serão analisados, quantitativa e qualitativamente. Os conjuntos mais ricos, por serem os mais diversificados e completos, serão apresentados como estudos de casos, a partir dos quais observaremos importantes aspectos de como os itens dessa categoria de artefatos em escrutínio eram compostos e usados e o que eles significavam no cotidiano do período em questão.

Considera-se o registro desses elementos nos inventários *post mortem* como indícios das práticas cotidianas que se passavam no interior dos domicílios. Seguir tais elementos da cultura material pelas casas dos moradores do planalto foi o caminho escolhido para conhecer certas dinâmicas vivenciadas nesses espaços. Especialmente no que se referia à manutenção de costumes ibéricos, frente às transformações ocorridas pela ampla adoção de elementos culturais indígenas, que impactavam na materialidade cotidiana de formas diversas. A roupa da casa, enquanto elemento material que dava suporte aos atos de comer e dormir, é capaz de demonstrar a manutenção de costumes provenientes do outro lado do Atlântico. Refletir sobre seu significado permite aprofundar discussões acerca do papel dos objetos nas dinâmicas e comportamentos sociais.

CULTURA MATERIAL NOS INVENTÁRIOS POST MORTEM: TRAÇOS DO COTIDIANO

A vida cotidiana consiste num lento transcorrer, no qual a rotina e a monotonia enganariam os sentidos, pois nele se ocultariam, por seus contornos de rotina pacata onde impera a repetição de formatos estabelecidos, as muitas formas de ruptura causadas por insatisfações ou conflitos, sejam eles manifestos ou soterrados. Tal transcorrer se passa numa superposição de espaço e tempo, no qual se manifestam a sociabilidade com suas ambivalências e contradições. O espaço como lugar praticado, na definição proposta por Michel de Certeau, e o tempo considerado, para além do calendário e do relógio, em suas diversas formas de tempo cultural (PEÑA DÍAZ, 2012; FRANCO RUBIO, 2016). Ao se estudar a Modernidade, cabe relevar uma das tensões que marcou profundamente as sociedades de Antigo Regime, a que envolve o aparentar e o ser. Questões centradas nas práticas e nos mecanismos de transmissão de padrões de gosto, de conduta e símbolos de ascendência social são permeadas por essa tensão, que deve ser entendida como uma prática cultural cotidiana, sugestiva da complexidade da realidade em estudo (PEÑA DÍAZ, 2012).

Ao cruzar o Atlântico, homens e mulheres de origem europeia não se despiam de suas percepções inculcadas a respeito do funcionamento da sociedade, mesmo que tais representações sofressem certas alterações no Novo Mundo. Em São Paulo, nos séculos XVI e XVII, os colonos e seus descendentes imediatos se mostraram receptivos às manifestações diferentes da tradição europeia no que dizia respeito à cultura material. Entretanto, quanto às instituições e à vida social e familiar, esses sujeitos se prenderam, com maior rigor, tanto quanto possível, ao seu legado ancestral (HOLANDA, 1994, p. 12). Mesmo em um espaço diferente, os colonos tentaram reproduzir e manter certas estruturas que organizavam o cotidiano no reino, ao mesmo tempo em que aprendiam e adotavam soluções que facilitavam a sobrevivência nestas paragens. Assim, os domicílios nos quais se pretende adentrar neste estudo se tornam microcosmos capazes de revelar essa convivência cotidiana de

elementos provenientes de culturas diferentes, ao mesmo tempo que permitem problematizá-la em termos materiais, pensando-se nos costumes e hábitos que se passavam nestes espaços e seus significados sociais.

Os inventários *post mortem*, tipo documental usado neste estudo, muito tem a contribuir para as pesquisas sobre cultura material. Por meio dos arrolamentos de bens, eles fornecem ao historiador ora descrições bastante detalhadas de objetos e suas respectivas avaliações, ora pouco mais do que registro dos nomes desses elementos. No primeiro caso, tais informações auxiliam a compreensão de padrões materiais como matérias primas, formas, cores, entre outros, permitindo análises mais aprofundadas de objetos específicos. No segundo caso, o que pode parecer escassez de informações se transforma em riqueza de dados, ao se desenvolver uma análise quantitativa a partir de um conjunto seriado desses documentos.

O rol de bens desvela aspectos da materialidade cotidiana, especialmente dos interiores domésticos, onde se concentrava uma parcela significativa dos objetos arrolados. Permitindo conhecer o que compunha esses interiores, o arrolamento possibilita estabelecer divisões desses objetos em categorias. Móveis e acessórios, utensílios e ornamentos da casa, rouparia da casa, seriam as categorias diretamente referentes a esse espaço. Apresentando essa diversidade de dados, conjuntos de inventários tornam possível fazer comparações entre objetos de uma mesma categoria, entre objetos de categorias diferentes, entre o peso das categorias na composição do patrimônio e a presença ou ausência dessas entre os variados grupos sociais (FRAGOSO; PITZER, 1988; ALGRANTI, 2016; BORREGO; FELIX, 2016). Isso auxilia na compreensão de aspectos das dinâmicas sociais que envolviam a posse de artefatos e bens diversos. Como fonte histórica, os inventários apresentam importantes indícios acerca das relações estabelecidas e mediadas pelos objetos no meio social (SILVA, 2015; TRENTMANN, 2016).

Os artefatos nos expressam, nos moldam e, em graus variados, constituem-nos (MENESES, 1983). A cultura material, como matriz e mediadora de relações, denota que a matéria possui matriz cultural e que a cultura possui uma dimensão material. Tal dimensão abrangeria

todo segmento físico socialmente integrado (REDE, 1996). Ou seja, segmento físico socialmente apropriado pelo homem, em sua ação interventora e modeladora dos elementos do meio físico, de acordo com propósitos e normas culturais, ou seja, conforme padrões, entre os quais se encontram objetivos e projetos (MENESES, 1983, p. 112).

Segundo José Newton Coelho Meneses, cultura material poderia ser resumida como um “complexo e dinâmico repertório do que os homens são capazes de produzir, fazer circular e consumir”. Tais ações sinalizam as funcionalidades da criação humana e denotam “os diferentes significados atribuídos a um dado artefato por uma comunidade e/ou sociedade ao longo do tempo” (MENESES, 2011). Mais do que isso, “Os fatos do homem social incorporam indivisivelmente seus artefatos”. Nessa perspectiva, homem e artefato são um contínuo: “O objeto é o homem; é a extensão do seu gesto. É o próprio gesto” (MENESES, 2017, p. 9-10). Segundo Daniel Miller, “nós também somos trecos, e nosso uso e nossa identificação com a cultura material oferecem uma capacidade de ampliar, tanto quanto de cercear, nossa humanidade”. A cultura material investigada minunciosamente “levará a uma apreciação mais profunda das pessoas” (MILLER, 2013, p. 12). Assim, com o olhar voltado para a cultura material dos habitantes do planalto do início do século XVII, pretendemos refletir, a partir de artefatos têxteis encontrados no espaço doméstico, sobre sua relação com a manutenção de costumes e comportamentos sociais de matriz ibérica, especialmente as maneiras ditas civilizadas, sua reprodução e difusão em um espaço marcado pela rusticidade e pela adesão a elementos culturais indígenas.

São Paulo era uma pequena vila, localizada no entrecruzamento de muitas rotas antigas que levavam a diversas direções. Um posicionamento geográfico privilegiado, reconhecido pela historiografia como fator decisivo para o constante movimento dos moradores da região em busca de indígenas, de metais preciosos, ou levando comércio e contrabando, por rotas diversas, como o caminho proibido de São Paulo, que se utilizava das vias fluviais dos rios Tietê e Paraná, alcançando o Paraguai (VILARDAGA, 2017). A vila possuía conexões significativas ao redor da América Ibérica, algo que dinamizava o conjunto de suas relações

econômicas. A agricultura comercial, baseada na exploração de mão-de-obra escrava indígena e florescente durante o século XVII, tornava a região importante para o abastecimento interno da colônia e a inseria nos circuitos comerciais da América portuguesa através da venda dos excedentes de sua produção agrícola (BLAJ, 2002; MONTEIRO, 1994). Periodicamente, a produção era vendida como um todo, a ponto de escassearem gêneros importantes para o sustento da população local, ficando registrado nas Atas da Câmara Municipal reclamações dos habitantes da região quanto aos elevados preços de diversos produtos e até mesmo sua falta para suprir as necessidades do povo (BLAJ, 2002; MARANHÃO, 2006). Tais engrenagens, dependentes do aprisionamento e escravização de indígenas, teriam acirrado mais ainda o intenso contato e convivência com populações silvícolas diversas (MONTEIRO, 1994, p. 80).¹

A América portuguesa se configurou como zona de contato: “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação” (PRATT, 1999, p. 27). O ambiente colonial promovia o contato entre sujeitos diferentes, propiciando interações e improvisações que destacam a questão da constituição dos indivíduos nas e pelas relações que possuem uns com os outros (PRATT, 1999, p. 27, p. 32). Desde o início do povoamento do planalto de Piratininga, a aproximação e a exploração, de diversas naturezas, impostas sobre os indígenas teria dado origem a uma sociedade marcada pela intensa miscigenação. Ao longo do século XVII, em termos de composição da população, a vila contava com portugueses, espanhóis, indígenas aldeados e escravizados, e pelos mamelucos, descendentes na maioria das vezes de relações não conjugais, situados entre a liberdade e a escravidão. Esses últimos, ora viviam relações de proximidade para com seus genitores ou parentes brancos, chefiando expedições de apresamento ou pequenas unidades agrárias, ora eram acolhidos por serem filhos de pais incógnitos, ora compunham o conjunto das peças de serviço (LEANZA, 2000, p. 80).

1 Monteiro (1994, p. 80) aponta que nas décadas de 1640 e 1650 a concentração de índios em propriedades rurais atingiu seu apogeu, estando a posse média entre 36 e 37 escravos por proprietário.

Assim, em sua aparência física, muitos dos nascidos na região carregavam traços indígenas e sua condição jurídica acabava por depender da proximidade para com seus genitores ou parentes brancos. Essa proximidade, é possível pensar, também se materializava, entre outros elementos, nos costumes e hábitos dos sujeitos, assemelhando-se ou se diferenciando da matriz ibérica.

De acordo com Paulo César Garcez Marins, ao se adaptarem à terra e se relacionarem nas dinâmicas do movimento de conquista e de produção econômica, diferentes grupos étnicos ou sociais transformaram suas práticas culturais. Os traços culturais indígenas ligados à alimentação, por exemplo, teriam marcado de maneira mais forte o cotidiano dos habitantes do planalto, do que a arquitetura ou as formas nativas de vestir. Nesses aspectos, segundo seu argumento, a herança europeia teria se imposto, porém, não sem adaptações (MARINS, 2004).

Estudos da arquitetura e da arqueologia mostram algo diferente. Julio Katinsky e Paulo Eduardo Zanettini observaram na estrutura das casas a existência de cômodos não identificáveis com os padrões de morar europeus. Esses espaços internos estariam associados aos modos indígenas de viver. Conforme afirmou Zanettini, na configuração dos remanescentes de casas bandeiristas, em sua parte posterior, composta de uma grande sala cercada de camarinhas, é possível observar as funções primárias e secundárias dessa espécie de salão central, “atuando como agenciadora e articuladora dos demais espaços, inclusive o mundo exterior, agindo de forma ativa na construção da estrutura social mameluca”. Tais funções corresponderiam às do pátio central da aldeia. Esse seria um dos principais componentes do padrão bandeirista mameluco. Na visão do autor, o espaço do grande salão seria adequado “aos processos de transculturação em jogo na construção da sociedade paulista, ou seja, na construção da sintaxe do morar no planalto dos primeiros séculos” (ZANETTINI, 2005, p. 166). Tal espaço interno da casa articularia e distribuiria as diversas etnias que compunham a sociedade escravista.

Nesse cenário, as casas, além de marcos do domínio português, assumiam as funções de entreposto mercantil, de aparato de defesa e apoio, de abrigo da família e, muitas vezes dos agregados, bem como

de máquinas disciplinadoras, enquanto componente estratégico “para a reprodução e manutenção do sistema mercantil” (ZANETTINI, 2005, p. 152). Apesar dessa multiplicidade de usos e sentidos da casa, importa-nos observá-la como domicílio, o que implica notar o conjunto das relações que se estabeleciam entre seus moradores e a materialidade desse ambiente no cotidiano.

ESPAÇO DOMÉSTICO E PATRIMÔNIOS

Entre os séculos XVI e XVIII, a Europa ocidental vivenciou uma transformação dos domicílios, no que se referia às estruturas das construções, divisões dos espaços internos e ao conjunto de artefatos que os preenchiam, de modo a aumentar o conforto das habitações. Tanto no espaço urbano quanto no rural, respeitados os ritmos e as diferenças regionais, as casas se tornavam mais espaçosas e salubres. O interior das moradas, por sua vez, ficava recheado com uma maior diversidade de móveis e utensílios. Essas transformações se deveram a um processo de crescimento ocorrido de modo heterogêneo em todas as regiões e grupos sociais (SARTI, 2001, p. 151-248; BREWER; PORTER, 1994).

Esse contexto, vivenciado do outro lado do Atlântico, contrastava com o vazio predominante existente até mesmo nas casas mais ricas da América portuguesa, mesmo se considerando a ocorrência, no século XVIII, de um crescimento quantitativo e qualitativo de móveis no interior dos domicílios (BRANDÃO, 2010). A vila de São Paulo não destoava dessas condições materiais. Alcântara Machado assinalou, em *Vida e morte do bandeirante*, que mesmo no “ambiente em que se move a aristocracia da colônia”, o desconforto e a pouquitude se faziam presentes (MACHADO, s.d., p. 38). Isso é o que também mostra um estudo feito com 130 inventários *post mortem* produzidos entre 1596 e 1640 na Vila de São Paulo e seus arredores.²

2 ARQUIVO HISTÓRICO, São Paulo. *Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital, 1596-1640*. V. 1-42.

O critério de seleção usado para construir a amostra foi a completude do documento, ou seja, se no arrolamento de bens constavam os nomes dos objetos, suas quantidades e o valor que lhes fora atribuído, sem prejuízo de nenhum dos itens registrados. A amostra não representa a totalidade da população existente na localidade em análise. Trata-se de um conjunto de pessoas que conseguiram acumular bens e eram juridicamente capazes de realizar o inventário, nos moldes da lei, devido à sua condição de liberdade.³ Com essa amostra, foi possível observar diferentes categorias de artefatos que compunham os patrimônios na época e conhecer os que comumente preenchiam os interiores domiciliares. Neste artigo enfatizaremos a roupa da casa, mas, para contextualizar melhor as condições de vida material dos habitantes do planalto do início do século XVII, é necessário revisitar outras categorias, como móveis e utensílios domésticos, pois esses são importantes para se pensar os hábitos cotidianos e comportamentos que se passavam nesses espaços.

Ao analisar as categorias de bens mais recorrentes na amostra, observou-se que ferramentas, equipamentos e apetrechos de trabalho estavam registrados em 124 dos 130 inventários *post mortem*, ou seja, em 95% dos documentos. Em seguida, os escravos indígenas estiveram registrados em 123 desses documentos, ou 94% da amostra e os móveis e acessórios, por sua vez, estiveram presentes em 120 inventários, ou seja, em 92% da amostra. Essas foram as três categorias de bens mais frequentes na documentação analisada, seguidas de bens de raiz, presentes em 87% da amostra (114 de 130); vestuário, registrado em 86% da amostra (113 de 130); criações de animais, presentes em 85% dos inventários (111 de 130); utensílios e ornamentos da casa, presentes em 80% (104 de 130) dos documentos e a roupa da casa, registrada em 92 inventários da amostra, ou seja, em 70% dela.⁴ Tais dados levam a algumas reflexões.

3 ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1985. L. 1, tit. LXXX, p. 207-220.

4 Utilizamos as informações extraídas dos inventários *post mortem* por meio da construção de um banco de dados segmentado em classes de objetos que compunham os patrimônios paulistas entre 1596 e 1640. A classificação usada nesse processo foi elaborada considerando-se a especificidade dos objetos encontrados nos arrolamentos e tendo por base a adotada no Arquivo Ernani Silva Bruno, do Museu da Casa Brasileira. Ver: ZERON; GUERRA; SIMÕES, 2001.

No século XVII, a população do planalto de Piratininga priorizava a consolidação de um núcleo de bens que formavam a base do patrimônio, composta de ferramentas diversas, escravos, alguns móveis e bens de raiz. Ferramentas, escravos e bens de raiz compunham a base da produção necessária para o sustento familiar e para a ampliação do patrimônio. Os móveis, cabe esclarecer, tinham sua presença difusa nesses inventários associada ao tipo registrado: principalmente redes de dormir e caixas. Em muitos desses documentos constavam apenas os dois tipos, ou um ou outro. A escassez marcava o conjunto dos móveis que preenchiam as casas, especialmente as mais pobres.

Utensílios domésticos e roupas da casa compunham categorias secundárias nos patrimônios, sendo inclusive menos frequentes do que as criações de animais. O acúmulo de objetos dessas duas categorias, por vezes iniciado na dotação feminina, recebia acréscimos somente quando o casal dispusesse de uma estrutura produtiva que lhes permitisse a obtenção de rendas. Todavia, cabe sublinhar, a preocupação dos pais em inserir objetos desse tipo no dote sugere um alto nível de importância desses elementos na constituição de uma nova morada. Muriel Nazzari constatou que a maioria dos dotes paulistas dos séculos XVII e XVIII continha um enxoval, no qual estavam inclusas vestimentas, rouparia da casa, móveis e prataria, entre outros. Segundo a autora, os pais inseriam tais itens no dote pensando em sua utilidade, seu poder de conferir status e seu possível valor de troca (NAZZARI, p. 88-89).

O preenchimento dos espaços internos das moradias, com alguma diversidade e quantidades de tipos de artefatos, na primeira metade do século XVII, mostrava-se atrelada aos níveis de riqueza. Fortunas possibilitavam a aquisição ou a produção de bens variados para a vida cotidiana do domicílio. A produção domiciliar de artefatos têxteis dependia de elementos como disponibilidade ou acesso à matéria prima, ferramentas e equipamentos específicos, bem como mão-de-obra que conhecesse as técnicas e processos produtivos necessários. Todos esses elementos requisitavam investimentos consideráveis para estarem concentrados na unidade produtiva domiciliar. Dispor de móveis, utensílios e têxteis que contribuíssem para certa comodidade no espaço da casa, no

que se refere à ritualização dos gestos e à facilitação de certas atividades exigia cabedais. O que não significava que pessoas de poucas posses não apreciassem artefatos que auxiliassem no preenchimento de suas casas e na melhoria desses ambientes tanto rústicos (SILVA, 2013, p. 39-108).

As elites, por seu poder aquisitivo e sua necessidade de tornar patente seu status, investiam mais no interior das residências. Este “tornar patente”, cabe elucidar, considera uma relação de exibição estabelecida para com aqueles que não integravam o domicílio, bem como uma relação para com o próprio grupo familiar, na qual se buscava compor este ambiente com aquilo que fosse materialmente necessário para viver de acordo com uma posição social privilegiada.⁵ Mesmo que esse investimento significasse, materialmente, alguns poucos móveis e artefatos têxteis, esses possuíam ampla capacidade de dar suporte aos gestos cotidianos e diferenciar, na vivência do dia-a-dia domiciliar, comportamentos que expressavam um pertencimento social e distinguiam diferentes setores sociais nas comunidades locais.

Para analisar a questão, vale traçar um panorama geral da composição dos patrimônios, observando-se o interior dos domicílios em associação ao valor do montemor registrado nos inventários. Em outras palavras, mostrar o que se achava no interior das casas em diferentes faixas de riqueza encontradas nos 130 inventários *post mortem* produzidos em São Paulo entre 1596 e 1640. A ênfase será colocada em três situações: patrimônios com somatória abaixo de cem mil réis (68 documentos), entre cem e duzentos mil réis (33 documentos) e acima de duzentos mil e um réis (29 documentos, sendo apenas 1 com montemor acima de um conto, representando a maior fortuna encontrada na amostra).

5 Ilana Blaj (2000, p. 240) afirmou “como propriedade, a escravidão e os símbolos de honraria e de prestígio constituem os fundamentos básicos da sociedade colonial brasileira, com peculiaridades específicas em todas as regiões, quer exportadoras, quer voltadas ao abastecimento interno como foi o caso de São Paulo”. Paralelamente a esses elementos, a manutenção de um modo de vida identificado com a matriz europeia era fundamental no processo de distinção que corroborava a hierarquização social na região, bem como em outras partes da América Ibérica, no período em questão.

As fazendas cujos montemores somavam quantias abaixo de cem mil réis geralmente apresentavam objetos e bens estreitamente ligados à sobrevivência, sendo escassos bens representativos de luxo ou *status*. Compreendemos por peças de luxo os itens aos quais poucos tinham acesso, especialmente por seu preço, e que garantiam a seus donos ostentar uma posição social diferenciada pelo seu uso (BRAUDEL, 2005, p. 161-164). Os patrimônios eram constituídos, em sua maioria, por ferramentas, escravos, móveis e bens de raiz. A frequência dos móveis nestes inventários *post mortem* aparece associada à rede. O artefato, que fazia as vezes de cama, era portátil e acessível aos moradores do planalto de Piratininga pela produção doméstica local, sendo registrada até mesmo nos arrolamentos mais pobres. Segundo Câmara Cascudo, a rede, depois da farinha de mandioca, teria sido o primeiro elemento de adaptação e conquista do português. Esse rapidamente adotou o artefato têxtil que servia de assento e cama. Primeiramente, as tecidas pelas índias, compostas com uma trama larga de fios grossos de algodão; posteriormente as fabricadas com técnicas usadas pelas mulheres portuguesas, com tear, tecidas de maneira mais compacta e acréscimo de ornamentos tais quais varandas e franjas (CASCUDO, 2012).

Nesse patamar de acúmulo de bens, os bens de raiz eram comumente casas de taipa de mão cobertas de palha. A rouparia da casa era relativamente escassa: em 31 de 68 (45%) dos inventários com montemor abaixo de cem mil réis não houve registro de peças desse tipo. Quando registrados nos patrimônios desse nível, os conjuntos eram compostos de poucas peças, feitas de algodão da terra.

A partir de duzentos mil e um réis, todos os patrimônios da amostra registraram ao menos uma peça de rouparia da casa. Isso indica que as práticas e gestos cotidianos ligados a esses artefatos e às ideias de limpeza e comodidade a eles associadas, eram vivenciados, mais corriqueiramente, nas camadas sociais mais abastadas dessa população. Entretanto, mesmo no nível mais baixo de acúmulo de bens, houve registro de ao menos uma peça de roupa da casa em 55% da amostra. Dado sugestivo de certa difusão da posse de objetos conectados a costumes ligados à limpeza e à comodidade dos corpos (toalhas de mãos, de rosto

e guardanapos) e dos ambientes (lençóis, fronhas, cobertores, almofadas, etc.). Tal recorrência mostra que, mesmo entre aqueles que pouco conseguiram acumular ao longo de suas vidas, havia a manutenção de hábitos reconhecidos no período como traços de refinamento dos modos.

Cabe uma observação: mesmo nesse menor nível de fortuna, havia o registro de indígenas cativos. Nos anos finais do século XVI e nas duas primeiras décadas do século XVII, a despeito da legislação que proibia a escravidão de indígenas nas terras da América portuguesa, era comum seu registro nos inventários paulistas enquanto peças escravas avaliadas que integravam o patrimônio (FREITAS, 2006). Nas décadas seguintes, apesar de não avaliados, os indígenas continuavam a figurar nos inventários, sendo nomeados nesses documentos como peças forras. A avaliação dos indígenas, presente em alguns dos inventários da amostra, distorce, de certa maneira, os valores dos montemores, pois a partir do momento em que eles passam a não serem somados ao montante dos patrimônios, esses aparentam certa diminuição.

Uma diversidade maior de artefatos marcava os patrimônios cujo montemor somava quantias maiores que cem mil réis. Na amostra trabalhada, 33 inventários *post mortem* registraram montemor entre cem e duzentos mil reis, o que corresponde a 25%. Em alguns casos, nota-se a presença de artigos de luxo. Os utensílios e ornamentos da casa eram registrados em maior abundância, crescendo o número de pratos, bacias, gamelas, tachos de cobre, colheres e facas, castiçais, entre outros, aparecendo ocasionalmente colheres ou outros utensílios de prata. E a roupa da casa seguia a mesma tendência: observa-se maior variedade nos materiais de sua composição e a presença de itens importados juntamente com os de algodão. Nessa faixa de riqueza, em 7 dos 33 inventários *post mortem* a roupa da casa esteve ausente, ou seja, 21%. Os montemores maiores do que duzentos mil reis apresentaram constantemente, entre os itens que compunham o interior domiciliar, artefatos de prata e certa abundância nos utensílios, roupa da casa em linho e outros tecidos refinados, bem como peças importadas e ornamentadas, alguma variedade nos móveis e seus acessórios. 29 documentos registraram montemor acima de duzentos mil reis, constituído esse número 22% da amostra selecionada.

Os móveis, a rouparia da casa e os utensílios domésticos, apesar de necessários, especialmente pela comodidade que acrescentavam ao interior das casas, nem sempre eram acessíveis aos moradores do planalto. Os altos preços contrastavam com a penúria na qual vivia a maior parte dessa população. Essas peças eram obtidas quando a família já possuía bens ligados à produção, como as ferramentas e os escravos. Nesse sentido, mobiliar, aparelhar e ornar o espaço interno da casa era um interesse que se conectava à vontade de cercar-se de artefatos que poderiam ser compreendidos como indicativos de luxo e riqueza. Os móveis e a rouparia da casa, especialmente os importados e de alto valor econômico, marcavam identidades e hierarquias sociais ao compor o espaço interno do domicílio. Assim, uma análise vertical, com ênfase nos estratos mais ricos, focando os itens da rouparia da casa, torna-se capaz de sugerir significados para esse conjunto de artefatos.

ROUPARIA DA CASA: COMODIDADE E DISTINÇÃO

Dentro das casas, nos séculos XVII e XVIII, os artefatos de pano eram imprescindíveis na amenização de ambientes rústicos e na conservação da limpeza dos corpos e dos espaços. Algo que denotava hábitos trazidos de além-mar, bem como, considerando-se sua manutenção e reprodução nestas partes do Império português, a difusão de maneiras reconhecidas na época como civilizadas. Um processo muito lento que desaguava em transformações de ordem material no viver cotidiano, marcadas pela presença, cada vez mais difusa com o correr dos séculos, de determinados artefatos nos interiores domésticos (SILVA, 2019, p. 95-158; ELIAS, 1994).

Especificamente sobre o século XVII paulista, Alcântara Machado manifestou espanto quanto ao valor que se atribuía aos artefatos têxteis da casa nos arrolamentos de bens. O autor associou os altos preços desses itens à dificuldade de obtê-los e a sua carestia no ambiente da vila. Esses objetos, assim como os da baixela, eram, no seu olhar, o meio de a gente poderosa ostentar sua opulência (MACHADO, s.d., p. 97).

A rouparia da casa, considerada como uma categoria de artefatos integrante do conjunto daqueles dispostos no interior domiciliar, era

composta por: toalhas de corpo, de mãos e de rosto, toalhas de mesa, lambéis e guardanapos, lençóis, fronhas, cobertores, colchas, travesseiros, almofadas e almofadinhas. Além desses, outros artefatos de pano se destacavam nos espaços domésticos mais requintados: as cortinas, os guarda-portas e tapetes faziam a decoração do espaço interno das casas retocando o ambiente com algum refinamento, visto que tais artefatos somente se encontravam arrolados nos espólios mais ricos da terra.

A rouparia da casa desempenhava um importante papel no ambiente domiciliar: ela garantia a comodidade de seus habitantes. As colchas cobriam os colchões, mantendo uma aparência apreciável do local de sono nas casas mais ricas. Os cobertores aqueciam seus usuários. Os lençóis garantiam suavidade no contato com enxergões e colchões (ora preenchidos com lã, alcançando cifras significativas, ora com marcela e outros materiais). As toalhas secavam ou limpavam o corpo, ou parte dele, como no caso das toalhas de mãos, auxiliando no asseio cotidiano. As toalhas de mesa preparavam o ambiente para a refeição e os guardanapos auxiliavam na manutenção da limpeza à mesa.

As funções desempenhadas por esse conjunto de artefatos têxteis apareciam associadas a comportamentos considerados nobres e civilizados, observados e difundidos em manuais de civilidades produzidos durante a Modernidade. Eles integraram uma produção literária responsável por acumular, ao longo de séculos, um conjunto de princípios e regras comportamentais que codificaram um modelo ideal de comportamento (CAMARA, 2005). Segundo Georges Vigarello, as civilidades ditariam as normas de conveniência e bom gosto da corte, constituindo uma espécie de “inventário do comportamento ‘nobre’ nos seus aspectos mais quotidianos: situações concretas, banais, privadas ou públicas, mas sempre encaradas do ponto de vista das conveniências” (VIGARELLO, 1985, p. 22). Dessa forma, é possível perceber que seu uso costumeiro não estava associado à totalidade da população, mas aos segmentos mais abastados.

Aquilo que se denomina por refinamento, neste artigo, pelos padrões materiais observados nos inventários *post mortem*, não deve ser compreendido como uma imagem parecida com um perfil de cortesão

ou gentil homem, presente na literatura de civilidades. A rusticidade do ambiente, as condições de preservação dos artefatos geravam distanciamentos significativos desse ideal. Refinamento, neste caso, seria certa preocupação na manutenção da comodidade e da limpeza, no sentido de ausência de sujeira. Algo reconhecido e partilhado, no período, como elemento de distinção no mundo europeu ocidental.

Na literatura de civilidades, os artefatos de pano da casa, fossem de mesa ou de cama, apareciam vinculados aos hábitos cotidianos relacionados ao convívio social e à esfera da privacidade, que lentamente se definia (ARIËS, 1991). Toalhas de mãos, guardanapos e toalhas de mesa eram recomendadas no momento das refeições como maneira de se manter a limpeza das mãos e bocas, preservando a boa aparência e afastando sensações desagradáveis que pudessem provir da visualização da gordura e outras substâncias que aderissem a essas partes do corpo. Esses artefatos empregados no momento de sociabilidade constituído pelas refeições tornavam-se importantes à medida que, ao garantir a limpeza, viabilizavam um comportamento que afastava seus praticantes da rusticidade, constituindo-se como acessórios que expressavam refinamento dos comportamentos e modos. A aparência de limpeza do corpo e roupas, de maneira geral, conectava-se à expressão de refinamento que representava a civilidade e a distinção (VIGARELLO, 1985).

As camas e os conjuntos de artefatos de pano que as compunham estavam associadas à riqueza de seus proprietários e ao seu estado de nobreza. Raramente encontradas em São Paulo na primeira metade do século XVII, o móvel foi registrado no inventário de Isabel Sobrinha, de 1619: “cama com seu pavilhão de pano da Índia branco adamascado e sem capelo”. O móvel foi deixado ao viúvo Gaspar Cubas “por ser pessoa nobre”.⁶ Ligada ao momento do sono, a cama era observada como objeto de pudor pelos tratadistas, que recomendavam a manutenção da compostura do móvel, por meio da arrumação de seu conjunto

6 ARQUIVO HISTÓRICO, São Paulo. *Inventário e Testamento de Isabel Sobrinha. Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital*, 1619. V. 5, p. 282-283.

de têxteis. Cama desarrumada era vista em alguns desses tratados como indecência, assim como o era vestir-se ou despir-se sob olhares alheios, ou sair de casa despido.⁷ As roupas da cama eram equiparadas às roupas do corpo. Havia, portanto, a necessidade de manter a cama coberta para a manutenção da decência.

Os artefatos de pano da casa estavam conectados, ao longo da Modernidade, a uma maneira distinta de viver. Possuí-los significava a possibilidade de reforçar, na ausência ou na presença de outrem, uma série de comportamentos que distinguiram os sujeitos no meio social. Independentemente da qualidade de seus materiais, o uso desses artefatos apontava para a civilidade e identificava aqueles que os usavam às origens ibéricas.

Na amostra de 130 inventários *post mortem* selecionados entre 1596 e 1640, observamos a presença de rouparia da casa em 92. Ou seja, em 70% dos documentos havia ao menos uma peça dessa categoria de objetos. A margem de ausência poderia ser indicativa de diversas possibilidades. Cabe lembrar o fato de que muitos ocultavam bens no momento de se realizar o inventário, fosse do cônjuge ou de outro familiar com o qual se dividia o espaço domiciliar, assim como muitos proprietários distribuíam seus bens entre seus entes e vizinhos, quando sentiam a proximidade da morte, sem registrar tais doações. Práticas como essas são capazes de distorcer, porém, não invalidam os números analisados.

A rouparia da casa não representava grandes percentuais na composição dos patrimônios. Dentre os 92 documentos em que se observou a presença dessa categoria de artefatos, a maioria composta por 64 inventários *post mortem*, permaneceu abaixo da marca de 3% em relação ao valor do montemor. Os demais 28 documentos variaram entre 3,01% e 19,41%. Os grandes percentuais, entretanto, não devem ser tomados como indicativos de abundância nem de variedade. Entre os 28

7 Gonsalo Fernandes Trancozo ensina: “É indecência ter a cama descomposta; como também vestir-se, ou despir-se a vista de outros, sair de casa despido, ou com o apertador, e barretinho, que lhe serviu de noite, e finalmente estar na mesa dos livros, ou no aposento, sem cinto e desapertado. Ainda que tenhais quem vos concerte a cama, contudo, quando vos levantai deixai-a decentemente coberta” (TRANCOZO, 1710, p. 364).

arrolamentos de bens que apresentaram na composição do patrimônio a rouparia da casa integrando valores maiores do que 3% do montemor, 14 possuíam montemor menor do que 100\$000 (cem mil réis). Dado sugestivo de que o valor desses artefatos impactava na composição dos patrimônios mais pobres, assim como qualquer outro elemento material inventariado no período em questão. Ou seja: em inventários com montemores pequenos, onde não constavam bens de raiz e escravos (que representavam os maiores investimentos no conjunto do patrimônio), elementos como utensílios e roupas da casa representavam valores substanciais na somatória do conjunto dos bens.

A maior parte da rouparia da casa era feita de algodão, matéria prima que poderia ser produzida no quintal, como apontam os índícios de 11 inventários nos quais foram arrolados teares, algodoais, estoques de algodão, pano de algodão pronto e mesmo índios tecedores. Em 1624, no inventário feito por morte de Henrique da Cunha,⁸ foram registrados todos os elementos necessários ao fabrico caseiro desse pano: um tear, avaliado em mil e duzentos réis; um mil novecentos e cinquenta réis em fios de algodão e um escravo tecelão indígena, não avaliado. No de Maria Correia,⁹ de 1636, constava tear, bordadeira e três arrobas de algodão. De acordo com Sergio Buarque de Holanda, o abastecimento dessa matéria prima não dependia apenas do cultivo local, havendo importação de outras capitanias ou mesmo de fora da América portuguesa (HOLANDA, 1994, p. 212). John French, por sua vez, afirmou que o algodão paulista alcançava circuitos comerciais fora da capitania, conectando São Paulo à Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco: Domingos de Abreu, falecido em 1625, intermediava o comércio de longo alcance, comprando o excedente ou produção de algodão,

8 ARQUIVO HISTÓRICO, São Paulo. *Inventário e Testamento de Henrique da Cunha. Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital*, 1624. V. 1, p. 207-280.

9 ARQUIVO HISTÓRICO, São Paulo. *Inventário e Testamento de Maria Correa. Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital*, 1636. V. 32, p. 102-112.

trigo, mandioca e carne, de alguns moradores da vila, para posterior comercialização em outras paragens (FRENCH, 1982).

Além de algodão, muitas das peças da roupa da casa registradas eram feitas de linho, canequim, ruão e até mesmo de seda. Gaspar Barreto, dono da maior fortuna da amostra selecionada, falecido em 1629, tinha um conjunto considerável de roupa branca da casa, composto por 17 peças: 2 lençóis de algodão usados avaliados em mil, duzentos e oitenta réis; uma toalha de mesa de algodão em trezentos e vinte; uma sobremesa, em duzentos e quarenta; um travesseiro de pano de linho com sua almofadinha, em seiscentos e quarenta; toalha de mãos de canequim, avaliada em duzentos réis; duas toalhas de linho usadas, avaliadas em quatrocentos réis; duas toalhas de pano do reino avaliadas em mil e duzentos réis apesar de já serem usadas e 6 guardanapos, em cento e vinte réis.¹⁰ Como se observa, a maior parte do conjunto era de algodão. As toalhas do reino, mesmo usadas, foram avaliadas por um alto preço, se compararmos com as outras peças. Esse conjunto consistia em artefatos usados para o preparo da cama, bem como para a limpeza da mesa, garantindo a comodidade e o asseio necessários ao bem viver desse homem.

Observe-se que boa parte das peças arroladas foi descrita como *usada*. O termo, apesar de caracterizar vagamente o estado de conservação dos itens, é fundamental para indicar níveis variados de desgaste proporcionado pelo uso. Ou seja, mesmo que a palavra se preste a adjetivar possivelmente um amplo leque de condições, ela se relaciona ao emprego cotidiano do artefato em tarefas. Tais tarefas também poderiam sofrer alguma variação. Ao se observar as definições desses itens, encontradas em dicionários do século XVIII, percebe-se que muitas delas estavam presas a um uso cotidiano. Ao definir lençol, por exemplo, Raphael Bluteau escreveu: “são dois ou três ramos de pano de linho, cosidos, que se põem na cama, entre colchão, e cobertor” (BLUTEAU,

10 ARQUIVO HISTÓRICO, São Paulo. *Inventário e testamento de Gaspar Barreto. Inventários e testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital, 1629*. V. 8, p. 23-90.

1712-1728, p. 36).¹¹ Mesmo se houvesse variação no cotidiano, os indícios levam a crer que o uso mais corriqueiro estivesse relatado nas definições atribuídas aos artefatos nos dicionários. Assim, quando descritos nos arrolamentos de bens como usados, esses artefatos tinham sua posse combinada com o uso corrente, o qual sinalizava um traço distintivo proveniente dos costumes trazidos da Península Ibérica.

Pero Nunes, falecido em 1623, possuía um conjunto composto por vinte e uma peças: uma toalha de mesa com franjas e quatro cadenetas pelo meio (\$640); uma toalha de mesa com franjas ao redor com duas cadenetas grandes e duas pequenas pelo meio (\$550); duas toalhas singelas de mesa de pano de algodão (\$640); duas sobremesas de pano de algodão (\$640); uma sobremesa de algodão usada (\$200); um cobertor branco de lã (2\$000); um cobertor branco com franja em pano de linho (\$800); uma almofadinha lavrada com franjas e rendas de Ruão (\$320); uma almofadinha com fronha de pano de linho (\$200); uma almofadinha velha (\$100); uma fronha de almofadinha com cadenetas (\$200); uma fronha de almofadinha de Ruão com rendas (\$200); uma fronha de almofadinha de pano de linho (\$120); um travesseiro de linho fino com rendas muito largas na cabeça, de Olanda por uma ilharga (2\$000); meio travesseiro de linho cheio de pena (\$640); duas fronhas de travesseiro (\$500) e uma sobremesa listrada (\$640). Todas essas peças de pano se encontravam na casa da vila, juntamente com móveis, utensílios e ornamentos, muitas roupas, joias, e algumas ferramentas e armas brancas.¹² O valor da casa na vila era de 40\$000, ao passo que o conjunto dos têxteis domésticos somava 10\$390, ou seja, mais de 25% do valor da casa. Em relação ao montemor, avaliado em 457\$225, tais têxteis representavam apenas 2,27%. Apesar do pequeno percentual da fortuna investido nesses artefatos, tal conjunto amenizava e adornava os ambientes nos quais seriam vivenciados o sono e

¹¹ Ver: “lançol”.

¹² ARQUIVO HISTÓRICO, São Paulo. *Inventário e testamento de Pero Nunes. Inventários e testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital, 1623*. V. 6, p. 47-158.

a alimentação cotidianos. Almofadas, travesseiros, cobertores, entre outros, suavizavam, decoravam e aqueciam a cama, possibilitando maior bem-estar de seu ocupante.¹³ Altos valores eram atribuídos às peças ornamentadas, as quais acrescentavam beleza à cama e à mesa, assim como àquelas de tecidos importados (de Ruão, de Holanda).

Manuel Vandala, casado com Madalena Holsquor, faleceu em 1627. O casal tinha três filhos: Maria de doze anos, João, de sete e Francisco, de cinco. O patrimônio da família acumulava grande valor em rouparia da casa. Entre os 526\$880 (quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta réis) do montemor, havia 46\$480 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta réis) em peças dessa categoria.¹⁴

No sitio em que morava o casal havia em toalhas: uma toalha atalhada de franjas (1\$280 – mil duzentos e oitenta); três toalhas de linho atalhadas feitas em Portugal (3\$000 – três mil réis), uma toalha de mãos de Flandres com franjas (\$640 – seiscentos e quarenta réis); quatro toalhas de água à mãos de linho (1\$280 – mil duzentos e oitenta), uma toalha de mesa usada (\$320 – trezentos e vinte), um lambel ou sobremesa (\$800 – oitocentos réis), um lambel pintado de verde (\$480 – quatrocentos e oitenta réis). Em guardanapos: três guardanapos grandes de Flandres (\$720 – setecentos e vinte), 18 guardanapos pequenos de Flandres (2\$880- dois mil, oitocentos e oitenta réis), 12 guardanapos de algodão (\$240 – duzentos e quarenta réis).¹⁵

Em roupa de cama: dois lençóis de holanda grossa (3\$600 – três mil e seiscentos réis), dois lençóis de holanda de franjas (4\$000 – quatro mil réis), uma colcha branca usada (6\$000 – seis mil réis), um cobertor

13 Cabe observar, o termo cama teria designado até o século XVI, em Portugal, “apenas a colchoaria e demais apetrechos para dormir”. E o termo leito, até então, referia-se à estrutura de madeira ou metal. Ver: FRANCO, 2007, p. 79.

14 ARQUIVO HISTÓRICO, São Paulo. *Inventário e testamento de Manuel Vândala – Inventários e testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital, 1627*. V. 7, p. 41-77

15 Lambel era um pano de lã grosso, geralmente listrado em cores, usado para cobrir bancos, de acordo com o *Vocabulário* (BLUTEAU, 1712-1728, p. 26.) Ao que parece, sua finalidade se relacionava a proporcionar comodidade e talvez algum ornamento aos assentos.

de pano verde com suas guarnições de redor de veludo verde usado e com flocos (8\$000 – oito mil réis), uma almofada de seda (6\$000 – seis mil réis), duas almofadinhas (\$400 – quatrocentos réis).

As características físicas de um objeto são resultado de um processo social que age desde a seleção da matéria-prima. “Assim como em relação aos objetos, os significados das matérias-primas são estipulados culturalmente e podem afetar o sentido das coisas que compõem, sem, porém, lhes corresponder totalmente” (REDE, 1996, p. 274). Observe-se o alto valor da almofada de seda registrada. Na maioria das fazendas, as peças de rouparia da casa eram fabricadas a partir do tecido de algodão da terra, o que reduzia drasticamente seu valor. Como no caso dos guardanapos do casal: os doze de algodão foram avaliados no preço de um único guardanapo grande de Flandres. A matéria prima e a procedência dos objetos provocavam diferenciações em suas avaliações, ao passo que corroboravam sua função de marcar status.

Observando os róis de casamento registrados, ocasionalmente, nos inventários *post mortem*, nota-se que, muitas vezes, peças de roupa branca eram incorporados ao patrimônio do casal por meio dos itens trazidos pela mulher no dote, conforme apontamos anteriormente. Analisando os inventários do período em questão, é possível observar duas formas de circulação desses artefatos internas à vila, além do dote: as disposições testamentárias que determinavam as doações, em forma de esmola ou não, de peças desse tipo, e os leilões realizados na vila para a venda de itens herdados pelos órfãos. Neste artigo, interessa apenas o segundo circuito.

Como muitas vezes as roupas da casa eram incorporadas ao patrimônio do casal por meio do dote, era comum que quando da morte do marido, no momento das partilhas, a mulher recebesse uma boa parte das peças dessa categoria. Como ocorreu com Maria da Cunha, viúva de José de Paris, falecido em 1617. No inventário *post mortem* estão arroladas: uma toalha de mesa de algodão (\$320); uma toalha de mesa de algodão franjada (\$400); uma toalha de mãos nova de pano de linho franjada (\$320); uma toalha de água às mãos de pano de algodão usada (\$200); cinco guardanapos de pano de algodão (\$160); uma fronha de

cabeçal de pano de linho novo com sua rede por bocal eilharga lavrada e uma fronha de almofadinha pequena (\$640). No momento das partilhas, o patrimônio foi dividido entre a viúva e o filho do casal. Para ela foram entregues a toalha de mesa de algodão simples, a toalha de mãos de linho e os cinco guardanapos. Para o órfão foram separados a outra toalha de mesa franjada, a toalha de mãos velha e as duas fronhas de linho. As peças do órfão foram encaminhadas para a venda em praça pública, mas não houve comprador. Algo incomum no período.

As roupas da casa, assim como as peças de roupa do corpo e tecidos, quando postas à venda em praça pública, geravam interesse em possíveis compradores. Tanto que algumas vezes as peças eram vendidas acima do valor da avaliação feita no arrolamento dos bens. Luiz Furtado, por exemplo, em 1620, arrematou 7 varas e meia de raxeta roxa a \$330 cada vara, para serem pagas em carnes de porco postas em Santos, no leilão dos bens dos órfãos de João Gomes. A avaliação dessa peça de tecido havia sido estabelecida em \$200 a vara inicialmente.¹⁶

O leilão realizado na praça constituía uma ramificação do comércio de usados na vila de São Paulo e era muito importante devido às dificuldades de acesso a artefatos novos vivenciadas no local, devidas, entre outros, à irregularidade do abastecimento proporcionado pelos navios provenientes do reino. Além disso, a prática comum da compra de objetos de segunda mão revela traços da relação que os paulistas firmavam para com a cultura material: o uso prolongado e o reaproveitamento de artefatos marcavam o cotidiano desses sujeitos. Os objetos acompanhavam seus donos até o momento da morte, ou até que alguma situação urgente gerasse a necessidade de converter os objetos em dinheiro amoeado. Isso sugere que os objetos somente eram abandonados ou descartados quando não apresentassem mais condição físicas de aproveitamento, pelas avarias provocadas pelo tempo ou clima e desgaste pelo uso. Diante da irregularidade e das dificuldades impostas

16 ARQUIVO HISTÓRICO, São Paulo. *Inventário e testamento de João Gomes - Inventários e testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital*, 1620. V. 5, p. 303-415.

ao abastecimento de artigos têxteis, esses, quando trazidos pelo comércio atlântico, sem uso anterior, certamente alcançavam preços maiores do que os registrados nos inventários *post mortem*, fosse nas avaliações feitas no arrolamento dos bens, ou nos lances feitos nos leilões em praça. Isso era algo que contribuía para o reconhecimento destes elementos materiais da cultura como objetos de luxo e distinção, acessíveis àqueles que dispunham de maior riqueza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os habitantes de São Paulo nos séculos XVI e XVII aceitaram e adotaram diversas manifestações diferentes da tradição europeia no plano da cultura material. Isso matizou o cotidiano dessa população, no qual se misturavam elementos culturais indígenas e ibéricos. Todavia, seu legado ancestral foi a principal referência no que se referia às instituições e à vida social e familiar (HOLANDA, 1994, p. 12). Pode-se dizer que essa mesma manutenção pode ser observada com relação aos artefatos têxteis da casa e seus usos, em especial a rouparia de cama e mesa, visto sua presença em número significativo da amostra trabalhada (70%), especialmente nos inventários mais ricos. Isso porque tais artefatos contribuíam para a manutenção de gestos cotidianos semelhantes aos costumes vigentes do outro lado do Atlântico. Gestos esses que corroboravam uma identidade ibérica e serviam a propósitos diferenciadores no interior da sociedade plural que se formava no planalto.

Nos meandros do processo de domínio e colonização, a compreensão do sentido e da importância dos signos culturais e de poder portugueses e seu uso cotidiano se fizeram fundamentais na composição da elite local, ao longo dos anos. Isso porque o acesso a algumas das vias que permitiam o acúmulo de prestígio e poder dependiam da identificação do indivíduo para com traços culturais europeus (FREITAS, 2006, p. 10). Nesse quadro, o refinamento dos modos era de grande importância para a distinção dos sujeitos.

Esse refinamento era incorporado em hábitos como o uso de rouparia de cama, num nível mais particular, das vivências da vida privada;

ou o uso da rouparia de mesa, ainda no campo da vida privada, numa área mais permeada pelo público, quando envolve a sociabilidade com pessoas exteriores ao domicílio. Enfim, os gestos concretizados por meio desses artefatos delineavam certa forma de viver que separava índios de portugueses, separação a qual, corroborando a identidade ibérica, também legitimava a dominação sobre os primeiros.

Em São Paulo, a tônica do desenvolvimento, entre os séculos XVI e XVII, foi dada pela mobilidade em conjunto com a intensa mistura interétnica. Mobilidade em consequência da constante busca por mão de obra indígena para sustentar o abastecimento da região e o desenvolvimento das atividades agrícolas. Mistura interétnica pelos constantes relacionamentos entre homens brancos e mulheres indígenas, dos quais frutificavam mamelucos e mamelucas. Nesse contexto, a admissão de formas de sobrevivência e de elementos da cultura material dos silvícolas foi constante. Esse conjunto de aprendizados de práticas e técnicas foi fundamental para a sobrevivência dos peninsulares nesta parte do Novo Mundo e, conseqüentemente, da sobrevivência da conquista portuguesa. Tais adoções sugerem um processo de americanização dos portugueses, marcando que não houve apenas a europeização das populações indígenas, conforme afirmou Sergio Buarque de Holanda. Cabe observar que o aprendizado da colonização (ALENCASTRO, 2000), nestas paragens, combinou manutenção e afirmação de costumes ibéricos e indígenas, ora de maneira equilibrada, ora salientando-se uma ou outra parte. Referente à distinção dos sujeitos e sua hierarquização, os elementos europeus contavam pesadamente a favor daqueles que os articulavam de maneira a tornar visível, por meio dos modos, a sua origem.

A presença de artefatos têxteis encontrada nos inventários *post mortem* sugere a permanência e a valorização de costumes praticados no reino e ligados aos usos desses artefatos. A aquisição de artefatos têxteis importados, como lençóis, toalhas de mesas, guardanapos, entre outros, bem como a produção doméstica de pano de algodão e sua posterior transformação em rouparia da casa, evidenciam que tais objetos constituíam uma necessidade para uma parte da população da vila de

São Paulo no período em questão. O fato de acontecer a articulação de uma produção doméstica desses itens corrobora mais ainda a ideia de que eles eram de grande importância no cotidiano.

Essa necessidade de ter e usar artefatos de pano, fossem eles relacionados ao serviço de mesa ou à montagem das camas, remetia para a origem desses sujeitos, bem como para a manutenção de uma forma de viver intrinsecamente conectada à essa origem. A presença de artefatos ligados aos modos considerados refinados e distintivos nos arrolamentos de bens é indicativa de práticas cotidianas que, por sua vez, sugerem um processo de avanço, lento e gradual, das civilidades nestas partes do império português. Civilidade como parte integrante de um imaginário social característico de Antigo Regime, mesmo que transformada pelo meio em que passava a ser praticada, cerceada pelas condições materiais do contexto luso americano e referente à comodidade e à limpeza nos interiores domiciliares. Processo esse impulsionado pela manutenção de certos costumes identificados aos que se firmavam e vivenciavam no reino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Alimentação e cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis: diversidade de fontes e possibilidades de abordagens. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 21-51, 2016.
- ARIES, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIËS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 7 – 19.
- BLAJ, Ilana. *A Trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.
- BLAJ, Ilana. Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial. *Revista de História*, São Paulo, n. 142 – 143, p. 239-259, 2000.

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/2252> >. Acesso em: 22 out. 2020.
- BORREGO, Maria Aparecida Menezes; FELIX, Rogério Ricciluca Matiello. Ambientes domésticos e dinâmicas sociais em São Paulo colonial. *Revista de História*, São Paulo, n. 175, p. 91-132, 2016.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BRANDÃO, Ângela. Anotações para uma história do mobiliário brasileiro do século XVIII. *Revista CPC*, São Paulo, n. 9, p. 42-64, nov. 2009/abr. 2010.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BREWER, John; PORTER, Roy. *Consumption and the world of goods*. New York: Routledge, 1994.
- CAMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da. A Escrita e a arte de 'bem viver': sociabilidade e cultura civil de setecentos. In: COLÓQUIO LITERATURA E HISTÓRIA: PARA UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR, 2005, Lisboa. Anais... Lisboa: Universidade Aberta, 2005, p. 217-228. Disponível em: < <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/313> >. Acesso em: 02 maio 2017.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global, 2012.
- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato da Rocha. Barões, homens livres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post-mortem. *Revista Arrabalde*, Niterói, ano I, n. 2, p. 29-52, set./dez. 1988.
- FRANCO, Carlos. *O Mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- FRANCO RUBIO, Gloria (Ed.). *Caleidoscopio de la vida cotidiana* (siglos XVI – XVIII). Logroño: Editorial Siníndice, 2016.

- FREITAS, Ludmila Gomide. *A Câmara Municipal da Vila de São Paulo e a escravidão indígena no século XVII (1628-1696)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- FRENCH, John. Riqueza, poder e mão-de-obra numa economia de subsistência: São Paulo, 1596-1625. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 45, n. 195, p. 79-107, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LEANZA, Débora D'Almeida. *Entre a norma e o desejo: os filhos ilegítimos na sucessão patrimonial (Vilas de São Paulo e Santana de Parnaíba – século XVII)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins Fontes, (s.d.).
- MARANHO, Milena Fernandes. *A Opulência Relativizada*. Significados econômicos e sociais de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga. 1648-1682. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- MARINS, Paulo César Garcez. A Vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETUBAL, Maria Alice (Org.). *Terra Paulista: histórias, arte, costumes*, v. 2. São Paulo: Cenpec/Imesp, 2004. p. 89-190.
- MENESES, José Newton Coelho. Apresentação. *Varia história*. Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 397-414, 2011.
- MENESES, José Newton Coelho. Introdução – Cultura material no universo dos Impérios europeus modernos. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 25. n. 1, p. 9-12, 2017.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A Cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1983.
- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- NAZZARI, M. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 87-100, set. 1988/fev. 1989.
- ORDENAÇÕES FILIPINAS (Fac-símile da edição Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, 3v.
- PEÑA DÍAZ, Manoel. Conceptos e relecturas de lo cotidiano en la época moderna. In: PEÑA DÍAZ, Manoel (Org.). *Vida cotidiana en el mundo hispánico (siglos XVI-XVIII)*. Madri: Abada Editores, 2012. p. 5-18.
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes os estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 4, p. 265-282, 1996.
- SARTI, Rafaella. *Casa e família: habitar, comer e vestir na Europa Moderna*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- SILVA, Luciana da. A circulação de artefatos por meio das disposições testamentárias: apontamentos sobre as vestimentas na vila de São Paulo (1580 – 1640). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 195-220, 2015.
- SILVA, Luciana da. *Aparências e sensibilidades: a indumentaria na Vila do Carmo (Mariana), 1693-1755*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- SILVA, Luciana da. *Artefatos, sociabilidades e sensibilidades: cultura material em São Paulo (1580 – 1640)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- TRANCOZO, Gonsalo Fernandes. *Histórias Proveitozas que contem contos de proveito e exemplo para boa educação da vida humana*. Lisboa: Oficina de Fillipe de Sousa Vilela, 1710.
- TRENTMANN, Frank. *Empire of things: how we became a world of consumers, from the fifteenth century to the twenty-first*. London: Penguin, 2016.

- VIGARELLO, Georges. *O Limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1985.
- VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões caslelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2010.
- VILARDAGA, José Carlos. Na Bagagem dos peruleiros: mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 127-147, 2017.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ZERON, Carlos Alberto; GUERRA, José Wilton; SIMÕES, Renata S. *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira*. Objetos. São Paulo: Museu da Casa Brasileira/Imesp/Edusp, 2001.

Recebido: 29 maio 2020 | Revisto pelo autor: 14 jul. 2020 | Aceito: 31 ago. 2020